

Comissões de heteroidentificação no processo eleitoral

» JUVENAL ARAÚJO

Subsecretário de Direitos Humanos e Igualdade Racial

No que depender do Tribunal Superior Eleitoral, teremos um ano com mais justiça social. Falo da decisão que obriga os partidos a dividir e a antecipar a verba do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fefc) de forma proporcional entre candidatos negros, não negros e mulheres. A medida foi tomada a fim de que não haja atrasos no repasse da verba das cotas em vigor por decisão do próprio TSE.

A resolução que já é válida para as eleições de 2022, será uma importante colaboração para a eliminação das distâncias causadas pelos ultrajes históricos que ainda hoje compelem negros e mulheres à situações de desigualdades e pouca representação na esfera político-eleitoral. Conforme a decisão, as legendas terão que destinar o dinheiro a esses candidatos até o dia 13 de setembro, a 19 dias da disputa e data final para que campanhas apresentem a prestação de contas parcial.

O fato é que essas verbas sempre estiveram concentradas nas mãos dos candidatos autodeclarados brancos de sexo masculino, apesar de a população brasileira ser majoritariamente constituída por negros e mulheres e da representação expressiva marcada por raça e gênero registrada pelo TSE nas últimas eleições.

Recordo da minha experiência, à frente da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), com as boas práticas executadas no que se refere à assinatura dos primeiros marcos legais que envolveram a criação e a regulamentação das comissões de heteroidentificação pelo país.

Assim como nas universidades e nos concursos públicos, defendo a criação de uma comissão de heteroidentificação para o pleito eleitoral, principalmente por se tratar da definição dos rumos da democracia representativa do país. Dar fomento para a consolidação desse essencial instrumento é contribuir e assegurar a eficácia nos processos de escolha de nossos representantes, zelar pela inclusão e permanência de negros e mulheres nesses espaços de diálogos e pela construção de uma participação mais plural no país, a fim de garantir os direitos fundamentais dos sujeitos.

Prezo pela transparência que esse efetivo controle social e político pode nos trazer, principalmente pelo critério que leva em consideração a análise fenotípica do postulante, desassociado de comum comprovação por herança genética de seus progenitores. A heteroidentificação vem fortalecer o que deveria ser (e é) um ato político de potencial

representatividade, de orgulho pela cor da pele negra e reconhecimento de sua identidade histórica, social e cultural. Uma vez que, lamentavelmente, simplesmente se autodeclarar negro torna o processo frágil em razão das recorrentes fraudes, irregularidades e desvirtuamentos imputados a essa política de ações afirmativas. Quando um sujeito não negro intencionalmente desonesto se autodeclara negro, apenas para se favorecer e usufruir de direitos que não lhe pertencem, isso se torna um crime.

É importante lembrar que esses mecanismos legais não são privilégios, mas atos constitucionais de reparação e inclusão de pessoas historicamente excluídas. Enquanto formos restringidos, pelas relações de poder e domínio, a ocupar casas grandes e senzalas e existir sob o peso de machismos e do patriarcado, a superposição das hierarquias baseada em cor da pele e misoginia só continuará nos trazendo sofrimentos, prejuízos e desigualdades.

A nossa luta é por mais representatividade, igualdade, equidade na esfera política e em todos os espaços de poder. Somente um igual pode exercer a escuta e melhor falar com seus iguais. Dizer sim à candidatura de negros e mulheres nas próximas eleições é dizer sim à garantia de direitos e a democracia.

Um ano depois, as crianças

» ALESSANDRO VIEIRA
Senador

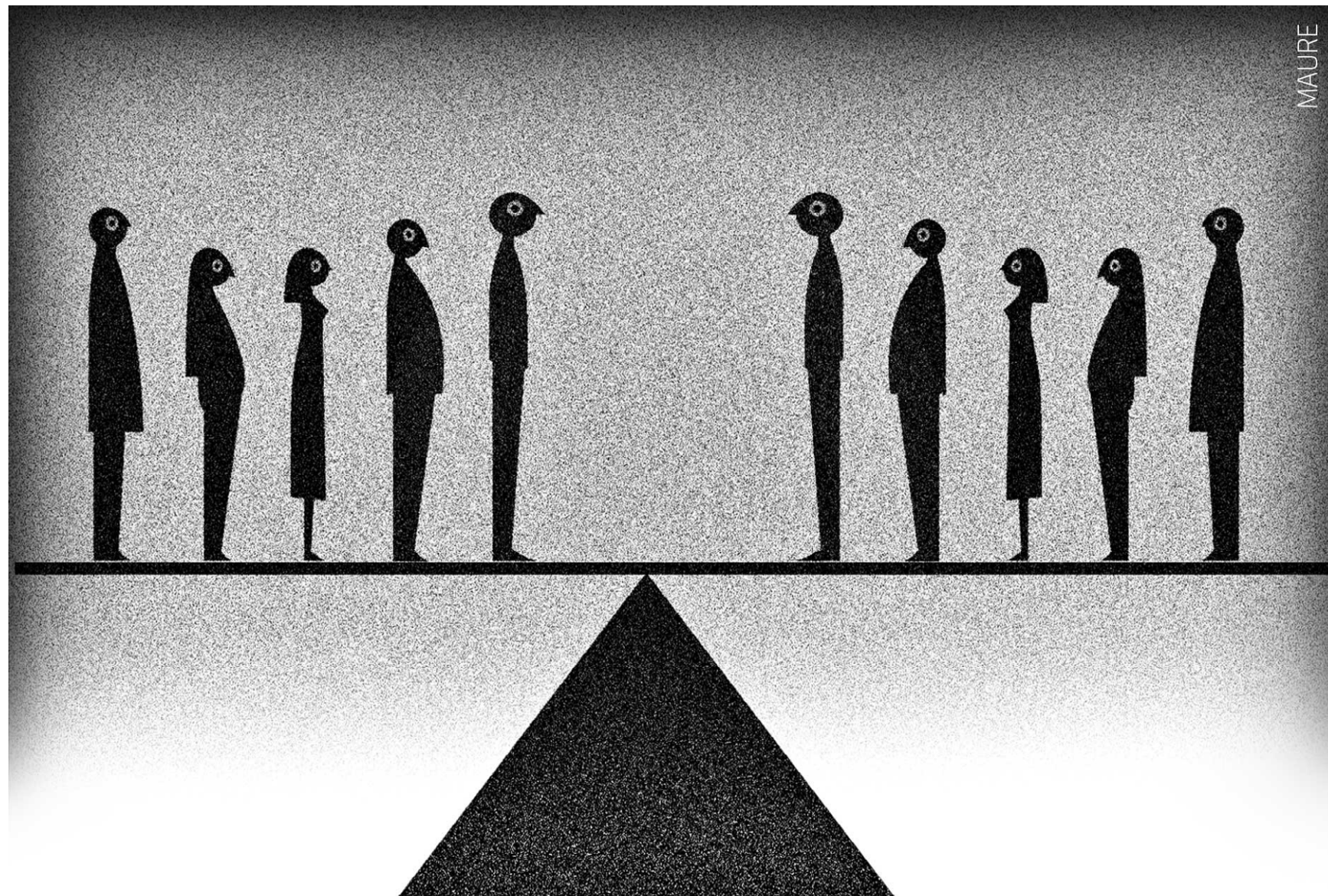
Comovente cenário da vacinação infantil para crianças de 5 a 11 anos, que começou neste meado de janeiro em alguns municípios e grandes capitais, espelha o início de uma monumental — ainda que protelada, e devemos lembrar, graças à inépcia do governo federal —, campanha nacional de vacinação iniciada há um ano. Graças, primeiro, aos brasileiros, ao Sistema Único de Saúde, (SUS) e a uma rede de profissionais da saúde e cientistas e pela mídia em geral, o Brasil se aproxima do patamar de 70% da população com as duas doses, enquanto 15% receberam a dose de reforço. Para as crianças nessa faixa, a expectativa é que a Pfizer entregue ao Brasil 20 milhões de doses até o fim de março e a CoronaVac reforçará a campanha para as crianças de até 7 anos, permitindo que seja executada com maior agilidade. Mesmo com a variante ômicron nos lembrando que é preciso estar alerta ainda por muitos anos, especialmente com a desigualdade global na distribuição das vacinas, é possível confiar que venceremos esse desafio sem precedentes.

Por aqui, um presidente negacionista e antivacina e os atrasos que custaram milhares de vidas, levaram este Senado a criar uma comissão parlamentar de inquérito histórica — da qual fiz parte —, que, no ano passado, ajudou a frear o tamanho da tragédia brasileira ao expor a política de saúde pública polifruturada. Desde então, foi criado um sistema de vigilância permanente, com alerta contra malfeitos e lambanças, com a ajuda de uma rede de profissionais de saúde respeitados, além de influenciadores de todas as áreas, que se tornaram nossos conhecidos nas mídias e redes sociais, e que soam as trombetas quando um militante do negacionismo, dentro ou fora do governo, tenta agir.

Esse alerta soou no fim de 2021, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a vacinação de crianças, seguida por uma reação voraz do governo federal para impedir que tal liberação ocorresse na agilidade necessária. O presidente da Anvisa, o almirante Antônio Barra Torres, foi categórico ao reafirmar o compromisso com a ciência e a missão de salvar vidas da entidade. A vacinação contra covid para crianças de 5 a 11 anos tem o apoio de 79% da população brasileira com 16 ou mais anos de idade, segundo pesquisa do Datafolha. Esse percentual equivale a 132,5 milhões de pessoas no país. No Nordeste, 78% são a favor e 18% contra.

Inseguranças com remédios e vacinas sempre existiram. Cabe aos líderes públicos informar a população, garantir que tenha acesso a todos os dados relacionados à eficácia, que conheça os riscos e efeitos colaterais associados e, principalmente, passar a segurança necessária para que a população possa ser imunizada e a doença aniquilada. O governo federal age ao contrário, de forma irresponsável confunde a população e espalha insegurança e medo.

Parece um governo preso na própria armadilha de desinformação, incapaz de distinguir estudos científicos sérios de correntes malucas de redes sociais. Só para alienados plenos ou criminosos cruéis, faz sentido a tese delirante de que o mundo todo está errado e só os gênios incompreendidos da web estão certos. Bolsonaro é parte destacada desse cenário surreal e a história vai apontar em qual das duas categorias o presidente brasileiro se enquadra. Parafraçando recente nota da Anvisa: vacinas salvam vidas. Por um Brasil imunizado, vacina, vacina, vacina!



A questão do trabalho

» ULISSES RIEDEL

Presidente da União Planetária, ex-senador e diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030 O Brasil e o mundo que queremos

É destaque no Brasil e no mundo o debate sobre a questão do trabalho. Trata-se de tema que precisa ser pensado com profundidade. Uma mina de diamantes, que representa grande riqueza no mundo material, depende de trabalhadores que atuam na sua extração e de outros que trabalham na lapidação. Essa é uma realidade de todos os tempos. Com base nessa verdade, os homens, em sua insensibilidade, criaram a escravidão, as servidões.

Elas fazem parte da história da humanidade. Com a evolução dos tempos, os trabalhadores, por meio de muitas lutas, conquistaram, em alguns países, alguma proteção legal ao trabalho, com uma legislação estabelecendo limites para a exploração humana. A história do Brasil faz parte desse comportamento indigno da humanidade. Quase quatro séculos de escravidão, além da matança dos índios que não a aceitavam. No Brasil, os direitos trabalhistas sempre foram conquistados com muita luta, gota a gota, com muito sacrifício.

O jurista brasileiro, ministro Mozart Victor Russo-mano, no livro *O empregado e o empregador no direito brasileiro*, escreveu: "Quando alguém pegar com as mãos o código trabalhista de um país, saiba que ali estão séculos de sofrimento calados ou de revoltas e que aquelas páginas, nas entrelinhas da composição em linotipo, foram escritas a sangue e fogo, porque, até hoje, infelizmente, nenhuma classe dominante abriu mão de seus privilégios por um ideal de fraternidade

ou por espírito de amor aos homens". Infelizmente estamos em retrocesso com alterações legislativas continuadas para suprimir os direitos trabalhistas e para dificultar a ação judicial trabalhista.

A questão precisa ser examinada com profundidade e humanidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 2015, metas com prazo de efetivação previstas para serem alcançadas até 2030. O Brasil é um dos países signatários. Será inútil sonhar, desejar, querer um mundo ideal, um mundo melhor para todos, sem que sejam estabelecidas as políticas públicas corretas para alcançar os objetivos previstos, sendo o primeiro deles a erradicação da pobreza. Precisamos tornar realidade o que está escrito no preâmbulo do documento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que afirma: "Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza".

Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás e o salário mínimo seja seis vezes maior que o atual. Os problemas sociais que vivemos são fruto do comportamento desumano, individualista, ganancioso, insensível de significativa parte da humanidade. Uma sociedade de seres humanos dignos e altruístas será uma sociedade de liberdade ética, de igualdade de oportunidades, de fraternidade, de bem-estar social.

Além da fundamental ética e dignidade para as

boas relações humanas, é essencial uma visão correta dos fatos. Quando se parte de uma premissa errada, tudo sai errado. A premissa de que o capital é que move a economia é uma premissa equivocada. O capital não faz nada sem o trabalho. É o trabalho que movimenta o mundo, em todos os campos de atividades.

Precisamos aperfeiçoar as leis trabalhistas garantindo direitos efetivos a quem trabalha, mas precisamos ir além. O importante é que cada ser humano possa desenvolver seus talentos, de modo que o trabalho seja também um momento lúdico e de prazer.

O Estado, seguidamente, socorre empresas privadas, até bancos, sob o pressuposto de que eles são o veículo para a existência de empregos. É uma meia-verdade e incompleta. Existem outros meios mais lógicos e saudáveis de criar oportunidades para que as pessoas vivam com o próprio trabalho. O Estado deveria estimular a implantação de empresas de economia solidária.

Na verdade, é preciso romper com esse caminho de patrão/empregado, apontado como único, quando podemos ter outros caminhos, possivelmente até melhores. A legislação deve promover a atuação do Estado em apoiar orientação jurídica, técnica, contábil, administrativa, econômica, financeira, da criação de empresas de economia solidária, em que os donos e os trabalhadores sejam os mesmos.